



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



SF/22854.51973-08

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 27 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 27 da Medida Provisória **estabelece benefícios para as empresas que aderirem ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes**, e prevê que **ato do Ministro do Trabalho e Previdência regulamentará esse projeto**, e **poderá, ainda, estabelecer “condições especiais”** para setores econômicos com baixa contratação de aprendizizes. As empresas e as entidades dos setores econômicos que aderirem ao Projeto estarão sujeitas a procedimento especial de fiscalização, com o objetivo de regularização progressiva da cota de aprendizagem profissional, por meio da assinatura de termo de compromisso que estabeleça condições específicas, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

Esse Projeto, na verdade, **reduzirá o quantitativo de aprendizizes a serem contratados de forma substancial nos próximos meses do ano**. Isso porque **permitiu a adesão ao projeto por empresas que regularmente já contratam aprendizizes e ao aderirem ao projeto ficarão isentas do cumprimento da cota por prazo indeterminado**, deixando, assim, de contratar os aprendizizes que ordinariamente já contrataria.

Com a MP 1.116/22, essas empresas possivelmente irão aderir ao PNICA e, com isso, ficarão isentas da contratação de aprendizizes por prazo ainda incerto, deixando, assim, de contratar 100 mil aprendizizes que regularmente já seriam contratados. Se considerarmos que o prazo de anistia para as empresas seja de 2 anos, conforme previsto no art. 27, §8º da MP 1.116/22 o número de aprendizizes que pode deixar de ser contratados é superior a 400 mil.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO PAIM**  
**PT/RS**



SF/22854.51973-08